



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

QO nos EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.073.826 - RS (2008/0155317-3)

RELATOR : MINISTRO GILSON DIPP
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : MARIA HELENA PRATES CRUZ E OUTROS
ADVOGADO : MARCELO LIPERT E OUTRO(S)

EMENTA

QUESTÃO DE ORDEM. DIREITO ADMINISTRATIVO. JUROS MORATÓRIOS. FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9494/97, ACRESCENTADO PELA MP Nº 2180-32/2001. APLICABILIDADE AOS PROCESSOS EM CURSO. ART. 543-B, § 3º DO CPC. ANÁLISE DE REPERCUSSÃO GERAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

I - Agravo de Instrumento n.º 842063/RS provido no Supremo Tribunal Federal com efeito de repercussão geral, que se aplica ao presente caso, nos termos do art. 543-B, § 3º do Código de Processo Civil.

II - É compatível com a Constituição Federal a incidência imediata do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, acrescentado pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, ainda que em relação às ações ajuizadas antes de sua entrada em vigor.

III - Questão de Ordem suscitada em face do juízo de retratação e resolvida de modo a: a) dar provimento ao agravo regimental interposto pela União, nos termos do voto do Relator; e b) conhecer parcialmente do recurso especial interposto por Maria Helena Prates Cruz e outros e lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça. **RETIFICAÇÃO DE PROCLAMAÇÃO DE RESULTADO DE JULGAMENTO:**

"A Turma, por unanimidade, conheceu da questão de ordem suscitada em face do juízo de retratação e resolveu dar provimento ao agravo regimental interposto pela União e conhecer parcialmente do recurso especial interposto por Maria Helena Prates Cruz e outros e lhe negar provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator." Os Srs. Ministros Laurita Vaz, Jorge Mussi, Marco Aurélio Bellizze e Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 24 de abril de 2012(Data do Julgamento)

MINISTRO GILSON DIPP
Relator



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

QO nos EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.073.826 - RS (2008/0155317-3)

RELATÓRIO

O EXCELENTÍSSIMO SR. MINISTRO GILSON DIPP:

Trago à apreciação desta egrégia Quinta Turma, em questão de ordem, Recurso Especial em que se examinou a aplicabilidade do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com alteração dada pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001 em relação às ações ajuizadas antes de sua entrada em vigor.

Concluiu este órgão Colegiado, no julgamento de Agravo interno no Recurso Especial que, em relação aos juros moratórios incidentes nas condenações contra a Fazenda Pública, a Medida Provisória n.º 2.180-35/01 só se aplica às ações iniciadas após a sua vigência. Eis o teor da ementa:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. JUROS DE MORA. AÇÃO PROPOSTA ANTES DA VIGÊNCIA DA MP. Nº 2.180-35/01. PERCENTUAL DE 12% AO ANO.

A jurisprudência desta e. Corte firmou entendimento, quanto aos juros moratórios incidentes nas condenações contra a Fazenda Pública, no sentido de que a Medida Provisória n.º 2.180-35/01 só se aplica às ações iniciadas após a sua vigência.

Agravo regimental desprovido." (fl. 248).

Opostos embargos declaratórios, que restaram rejeitados (fls. 265/275).

Inconformada, a União interpôs recurso extraordinário (fls. 278/299).

O Ministro Presidente deste Superior Tribunal de Justiça, por meio do despacho de fl. 327, determinou o sobrestamento do apelo extraordinário, em razão do reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal de repercussão geral da questão suscitada.

Foi determinado o retorno dos autos à minha relatoria para fins do art. 543-B, § 3.º, do Código de Processo Civil, em virtude da deliberação da Suprema Corte no julgamento do AI n.º 842.063/RS, Relator Ministro Cezar Peluzo, *"no sentido de que o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com alteração dada pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, tem aplicabilidade imediata, ainda em relação às ações ajuizadas antes de sua entrada em vigor"*.

Assim, trago o feito em mesa, em questão de ordem, para adequação do julgamento ao entendimento firmado pela Suprema Corte.

É o relatório.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

QO nos EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.073.826 - RS (2008/0155317-3)

VOTO

O EXCELENTÍSSIMO SR. MINISTRO GILSON DIPP(Relator):

A princípio, cumpre esclarecer que trago o feito à apreciação deste Colegiado, em Questão de Ordem, vez que além da lei processual não estabelecer rito próprio para o exercício do juízo de retratação na hipótese do art. 543-B § 3º do Código de Processo Civil, a Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n.º 1.148.726/RS, ao examinar possível resistência dos tribunais de origem à nova sistemática dos recursos repetitivos, entendeu que as Cortes Regionais e Estaduais, após o julgamento proferido por este Superior Tribunal de Justiça e contrário ao posicionamento por elas firmado, não poderão efetivar uma mera confirmação automática da tese anteriormente rejeitada. Deverão, de outro turno, submeter a questão à deliberação do órgão colegiado, com vistas a reexaminar objetivamente o que foi decidido por esta Corte.

Somando-se tal entendimento – aplicável analogicamente à espécie – à decorrência lógica do regime de repercussão geral, havendo manifestação definitiva do Supremo Tribunal sobre o assunto cabe tão só aos tribunais sujeitos à sua jurisdição confirmar a decisão quando coincidentes, ou retratá-la havendo contrariedade do julgado inferior, como é o caso dos autos.

Seja qual for a providência a ser adotada, como esta Corte já realizou o julgamento de todos os recursos cabíveis, deverá o juízo de retratação ser realizado, como dito, em sede de Questão de Ordem, cujo papel é examinar possível aplicação da decisão exarada pelo Pretório Excelso, bem como suas consequências, ao vertente caso.

Sendo assim, examino.

No julgamento do AI nº 842.063/RS, Relator o Ministro Cezar Peluso, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência no sentido de que é compatível com a Constituição Federal a incidência imediata do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, acrescentado pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, ainda que em relação às ações ajuizadas antes de sua entrada em vigor.

Ante o exposto, nos termos do art. 543-B, § 3º do Código de Processo Civil, exerço o juízo de retratação em relação ao decidido no acórdão que negou provimento ao Agravo Regimental e voto no sentido de DAR PROVIMENTO AO REGIMENTAL INTERPOSTO



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PELA UNIÃO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO POR MARIA HELENA PRATES CRUZ E OUTROS E LHE NEGAR PROVIMENTO, registrando que deve ocorrer a incidência do art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97 - que fixa em 6% ao ano os juros de mora devidos nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos - a partir de sua vigência.

É como voto.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO QUINTA TURMA

Número Registro: 2008/0155317-3

QO nos EDcl no AgRg no
REsp 1.073.826 / RS

Números Origem: 200371000412344 200404010113805 200471000060584

EM MESA

JULGADO: 16/02/2012

Relator

Exmo. Sr. Ministro **GILSON DIPP**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro JORGE MUSSI

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. ÁUREA M. E. N. LUSTOSA PIERRE

Secretário

Bel. LAURO ROCHA REIS

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor
Público Civil - Sistema Remuneratório e Benefícios

QUESTÃO DE ORDEM

EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : MARIA HELENA PRATES CRUZ E OUTROS
ADVOGADO : MARCELO LIPERT E OUTRO(S)

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUINTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, conheceu da questão de ordem suscitada em face do juízo de retratação e resolveu de modo a: a) dar provimento ao agravo regimental; e b) conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, dar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator".

Os Srs. Ministros Laurita Vaz, Jorge Mussi, Marco Aurélio Bellizze e Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ) votaram com o Sr. Ministro Relator.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO QUINTA TURMA

Número Registro: 2008/0155317-3 **QO nos EDcl no AgRg no**
PROCESSO ELETRÔNICO REsp 1.073.826 / RS

Números Origem: 200371000412344 200404010113805 200471000060584

EM MESA

JULGADO: 24/04/2012

Relator

Exmo. Sr. Ministro **GILSON DIPP**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro JORGE MUSSI

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

Secretário

Bel. LAURO ROCHA REIS

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor
Público Civil - Sistema Remuneratório e Benefícios

QUESTÃO DE ORDEM

EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : MARIA HELENA PRATES CRUZ E OUTROS
ADVOGADO : MARCELO LIPERT E OUTRO(S)

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUINTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

RETIFICAÇÃO DE PROCLAMAÇÃO DE RESULTADO DE JULGAMENTO:

"A Turma, por unanimidade, conheceu da questão de ordem suscitada em face do juízo de retratação e resolveu dar provimento ao agravo regimental interposto pela União e conhecer parcialmente do recurso especial interposto por Maria Helena Prates Cruz e outros e lhe negar provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator."

Os Srs. Ministros Laurita Vaz, Jorge Mussi, Marco Aurélio Bellizze e Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ) votaram com o Sr. Ministro Relator.